

Mais de um terço dos brasileiros dizem acreditar que a sua situação econômica vai piorar, aponta Datafolha



Pesquisa Datafolha mostra que o percentual de brasileiros que esperam uma piora na sua situação econômica passou de 22% em dezembro para 38% em março deste ano, um dos piores resultados registrados nas pesquisas sobre o tema, que têm início em 1997.

Os percentuais acima desse patamar só foram registrados no início de 2006, de 40% no governo Lula, e em 2014, de 41% no primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff. No primeiro caso, vivia-se o fim de um período de crise econômica. No segundo, o início de outra.

A nova pesquisa também mostra que a expectativa de melhora na própria situação

econômica caiu de 31% em dezembro do ano passado para 14% em março deste ano, ponto mais baixo da série histórica.

Para outros 47%, a sua situação financeira vai ficar como está. Eram 46% na pesquisa anterior.

O pessimismo é maior entre as mulheres (41%) do que entre os homens (33%); entre as pessoas com renda familiar de até dois salários mínimos (44%) do que entre os com renda superior a dez salários (23%); no Sul (39%) e Nordeste (40%) do que no Norte/Centro-Oeste (34%), além de chegar a 53% entre os desempregados.

Atinge 43% entre os que receberam auxílio emergencial em 2020 e cai para 35%

entre os que não pediram o benefício.

Entre aqueles que acham que sua situação vai melhorar, os maiores percentuais estão entre empresários (26%) e estudantes (24%), renda superior a dez salários mínimos (22%), moradores do Norte/Centro-Oeste (20%), evangélicos (18%), pessoas que dizem não ter medo do coronavírus (23%) e/ou que avaliam o presidente como ótimo/bom (21%).

A piora na expectativa sobre a situação financeira da maioria dos entrevistados se dá em um momento de agravamento da crise sanitária, com recordes de mortes, novas medidas de restrição de circulação e atraso no cronograma de vacinação. Folhapress

Economia



BC não considera riscos da alta de juros na nova crise da Covid e divide economistas *Página - 03*

Comércio diz que vendas caíram em março e pede mais ajuda do governo *Página - 03*

Política



Suplente de Major Olímpio no Senado, Alexandre Giordano foi pivô de crise no Paraguai *Página - 04*

Negócios



O poder de adaptação que fez a diferença na pandemia *Página - 08*

No Mundo

O que explica o sucesso do Chile na vacinação contra a Covid-19?



Enquanto grande parte da América Latina lida com campanhas de imunização lentas ou interrompidas, permeadas por desinformação e escândalos de desvios, o Chile virou um modelo de vacinação na região.

Com uma campanha iniciada em 24 de dezembro, o país já aplicou ao menos uma dose em 28% dos seus 18,7 milhões de habitantes, e a meta é chegar a 80% até junho. Os que já receberam as duas doses do imunizante contra a Covid, por sua vez, correspondem a 13%, de acordo com o Ministério da Saúde local.

No ranking de doses a cada 100 habitantes, o Chile

(42/100) é o quarto país do mundo que mais vacinou, de acordo com dados compilados pelo jornal americano The New York Times, atrás apenas de Israel (108/100), Seychelles (93/100) e Emirados Árabes Unidos (71/100).

Para comparação, o Brasil apresenta, neste momento, 6,1 doses a cada 100 habitantes.

“O que explica a celeridade é um conjunto de fatores”, explica Miguel O’Ryan, infectologista do Instituto Biomédico da Universidad de Chile. “Em primeiro lugar, foram feitos contatos muito antecipados com os fabricantes de vacinas, já em maio do ano passado, e o governo apostou em mais de um imunizante.

A ideia foi fechar contratos com várias empresas, para não ficar refém da capacidade de produção de apenas um laboratório ou correr o risco de a vacina escolhida ter problemas.”

O cenário descrito por O’Ryan aconteceu na Argentina, que a princípio fechou contrato apenas para receber a russa Sputnik V. A fornecedora, no entanto, não vem entregando a quantidade de doses estipulada no acordo, o que obrigou o governo a sair, atrasado, em busca de outras vacinas, como as fabricadas pela britânica AstraZeneca em conjunto com a Universidade Oxford e a chinesa Sinopharm.

Sylvia Colombo/Folhapress

Nasa completa teste de foguete que pode levar humanos de volta à Lua



A Nasa finalizou nesta quinta-feira (18) um teste de oito minutos dos motores de um foguete construído pela Boeing para as missões Artemis, que têm o objetivo de levar de volta astronautas à Lua até 2024, mais de meio século depois da última caminhada lunar.

A Nasa conduziu teste de fogo e calor do núcleo do foguete Sistema de Lançamento Espacial (SLS, na sigla em inglês) para simular um lançamento e disparar os motores enquanto o veículo estava ancorado em

Em Portugal, quem recusar vacina da AstraZeneca vai para o fim da fila

Prestes a retomar o uso da vacina da AstraZeneca, após uma interrupção preventiva seguida por vários países europeus, Portugal vai mandar para o fim da lista aqueles que se recusarem a receber o imunizante da farmacêutica.

Ao invés de receber uma dose produzida por outro fabricante (Pfizer ou Moderna, que também são usadas no país), quem não quiser a vacina da AstraZeneca perderá o lugar na fila de vacinação e terá de esperar por uma nova oportunidade.

De acordo com profissionais de saúde, a rejeição às doses da AstraZeneca aumentou nas últimas semanas, após a polêmica investigação de possíveis efeitos colaterais após a aplicação.

“Já houve rejeições [à vacina da AstraZeneca] antes e agora deverá haver mais. Mas recusar é impossível à partida. A orientação é: o paciente não escolhe a vacina. Não podemos eliminar a pessoa da lista, o que dizemos é que vai ter que esperar, correndo o risco de não ser vacinada”, diz o presidente da Associação Nacional das Unidades de Saúde Familiar, Diogo Urjais, citado pelo jornal Público.

O coordenador da força-tarefa de vacinação em Portugal, vice-almirante Henrique Gouveia e Melo, também ressaltou a impossibilidade de escolha da “marca” da vacina.

“O princípio no processo de vacinação é a não escolha da vacina, porque as vacinas aprovadas são igualmente boas e seguras”, afirmou.

Giuliana Miranda/Folhapress



uma torre no Centro Espacial Stennis, no Estado norte-americano do Mississippi.

Os quatro motores RS-25 rugiram e se acenderam pelo tempo de duração do teste e preencheram os arredores e o céu com nuvens de fumaça branca. Depois que os motores foram desligados, foi possível escutar os funcionários da Nasa aplaudindo na transmissão ao vivo em vídeo.

Um teste anterior em janeiro foi encerrado após cerca de um minuto - tempo muito inferior aos quatro minutos necessários para que os

engenheiros coletassem dados suficientes.

A Nasa almeja levar novamente os astronautas norte-americanos até a Lua até 2024, mas o programa SLS está três anos atrasado e com o orçamento estourado em quase 3 bilhões de dólares. O último astronauta a caminhar na Lua foi Eugene Cernan, em dezembro de 1972.

O Sistema de Lançamento Espacial deve ir agora ao Centro Espacial Kennedy, na Flórida, para integração com a espaçonave Orion, da Lockheed Martin Corp.

Reuters/ABR

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque
Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara.

Jornal Data Mercantil Ltda
Administração, Publicidade e Redação: Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000 Tel.: 11 3337-6724
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

BC não considera riscos da alta de juros na nova crise da Covid e divide economistas



O Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central surpreendeu o mercado ao elevar a taxa básica de juros (Selic) em 0,75 ponto percentual, a 2,75% ao ano, patamar considerado agressivo por alguns especialistas. O comunicado da decisão, divulgado na quarta-feira (17), minimizou o risco do agravamento recente da pandemia de Covid-19 na atividade econômica e dividiu analistas.

Antes da reunião, era praticamente consenso no mercado que o BC elevaria os juros em 0,5 ponto percentual.

O Copom afirmou que indicadores recentes como a divulgação do PIB (Produto Interno Bruto) do quarto tri-

mestre “continuaram indicando recuperação consistente da economia”.

O texto reconhece que o cenário analisado pela autoridade monetária ainda não reflete o avanço recente da pandemia e menciona incertezas sobre o crescimento no primeiro e no segundo trimestres.

A avaliação dividiu analistas consultados pela Folha. Parte enxergou como exagerada a alta de 0,75 ponto percentual diante da iminente queda da atividade com as novas medidas de restrição. Outros economistas, no entanto, consideraram a decisão adequada em meio à escalada de preços.

O economista-chefe da consultoria Análise Econômica, André Galhardo, ressaltou que o BC não considerou

o encerramento do auxílio emergencial e justificou a decisão em dados de atividade econômica anteriores ao agravamento da pandemia.

“Fazer essa leitura olhando para trás é problemático. No comunicado não levaram em consideração o encerramento do auxílio emergencial e que a pandemia ficou muito pior especialmente a partir do fim de fevereiro. Essas questões deveriam ser melhor exploradas no texto”, considera.

Para ele, o comunicado foi contraditório ao dizer que o choque de preços é temporário e ao mesmo tempo aumentar em 0,75 ponto percentual a taxa Selic, patamar que considerou superior ao necessário, como resposta à inflação.

Larissa Garcia/Folhapress

Dívidas com fundos constitucionais já podem ser renegociadas



O governo federal estabeleceu as regras para que empresas que tomaram empréstimos dos fundos constitucionais possam renegociar suas dívidas.

A portaria dos ministérios do Desenvolvimento Regional (MDR) e da Economia foi publicada sexta (19) no Diário Oficial da União.

De acordo com o MDR, os fundos constitucionais do Norte (FNO), Nordeste (FNE) e Centro-Oeste (FCO) registram mais de R\$ 10,6 bilhões em dívidas de cerca de 500 mil pessoas físicas e jurídicas.

Aproximadamente 98% dos débitos são de até R\$ 100 mil, ou seja, de pequenos devedores. A criação dos fundos

Comércio diz que vendas caíram em março e pede mais ajuda do governo

A ACSP (Associação Comercial de São Paulo) divulga nesta sexta-feira (19) um levantamento sobre a queda nas vendas de lojas físicas após as novas medidas de restrição de circulação para tentar frear o estado atual da pandemia.

A entidade, que pede mais medidas de apoio do governo aos comerciantes, diz que, em março, as vendas foram quase 19% menores do que em fevereiro.

O desempenho piorou no período de 6 a 15 de março, chegando a menos 30,5% em relação à semana anterior. Quando a comparação é feita com o mesmo período do ano passado, o tombo também

fica em torno de 30%, segundo a entidade.

Os dados não incluem as vendas pela internet.

“Esses índices mostram que os comerciantes no geral foram fortemente afetados pelas restrições, o que coloca em risco a sobrevivência de muitas empresas”, diz o economista da ACSP, Marcel Solimeo.

Na segunda-feira (15), quando começou a fase emergencial, a associação disse ao Painel S.A. que concorda com a necessidade das restrições para conter o vírus e que não tentaria negociar a reabertura, mas que a ajuda oferecida tem sido insuficiente para suportar os pequenos negócios.

Folhapress



está prevista no artigo 159 da Constituição Federal para apoiar programas de financiamento ao setor produtivo das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

A expectativa do governo é atingir, no mínimo, 10% das carteiras do FNO, FNE e FCO provisionadas (reserva para o caso de inadimplência) ou em prejuízo, com a recuperação de cerca de 30 mil contratos.

Podem ser renegociadas operações cuja contratação original tenha ocorrido há, no mínimo, sete anos, ou 10 anos contados da última renegociação, e que tenham pagamentos integralmente provisionados há, pelo menos, um ano ou lançadas totalmente em prejuízo nas demonstra-

ções financeiras dos fundos constitucionais. O prazo de quitação será de até 120 meses, com descontos de até 70% do valor total dos créditos a serem renegociados e atualização da dívida pelo encargo previsto no último acordo contratual.

Em comunicado, o ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, observou que muitas empresas que se utilizaram de recursos desses fundos há vários anos fizeram a contratação sob condições financeiras bem mais rigorosas do que as atuais e vêm sofrendo com “a longa recessão que o país e o mundo vivem nos últimos anos”.

Andreia Verdélio/ABR

Política

Promotoria do DF recomenda que policiais não prendam mais manifestantes com uso de lei da ditadura



O Ministério Público do Distrito Federal enviou recomendação ao governador Ibaneis Rocha (MDB-DF) e ao comandante-geral da Polícia Militar do estado para que as forças de segurança não mais prendam mais em flagrante manifestantes pacíficos com base na Lei de Segurança Nacional.

O Painel mostrou nesta quinta-feira (18) que cinco manifestantes foram presos pela Polícia Militar em Brasília após tentarem estender uma faixa com os dizeres “Bolsonaro genocida”.

Em nota, a PM disse que os prendeu “por infringir a Lei de Segurança Nacional

ao divulgar a cruz suástica associando o símbolo ao Presidente da República”.

A suástica presente na faixa tomava como base a charge de Renato Aroeira que fez com que ele se tornasse alvo de pedido de inquérito do ministro da Justiça, André Mendonça.

Trata-se, na verdade, de uma cruz vermelha rasurada por uma figura que representa Bolsonaro, transformando-a numa suástica -em uma associação crítica do presidente ao nazismo, contrariamente a uma possível “apologia ao nazismo”.

Encaminhados para a sede da Polícia Federal, os manifestantes foram libera-

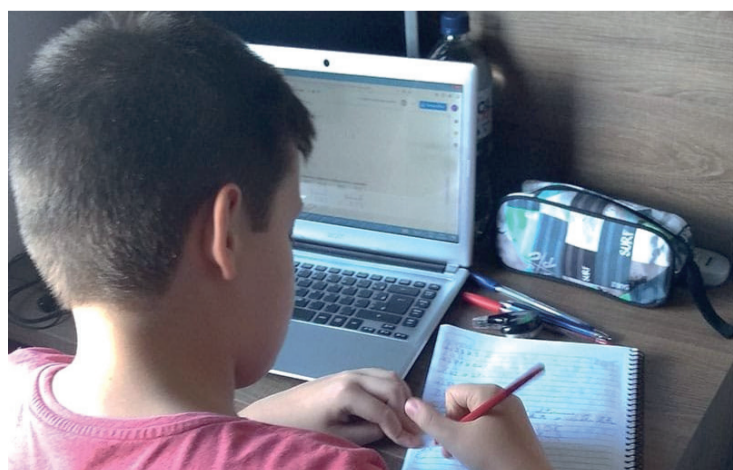
dos após o delegado não enxergar crime.

O promotor Flávio Augusto Milhomem foi quem assinou o ofício enviado nesta sexta-feira (19).

Nele, Milhomem recomenda que Ibaneis e comandante-geral da PM determinem “às forças de segurança pública que se abstenham de prender em flagrante manifestantes pacíficos sob o fundamento da violação à Lei de Segurança Nacional” e que comuniquem ao diretor da Polícia Federal a suspeita de prática de crimes contra a ordem política e social como alternativa às prisões em flagrante.

Camila Mattoso/Folhapress

Governo veta lei que dá a estudantes acesso gratuito à internet



O presidente Jair Bolsonaro vetou, integralmente, o Projeto de Lei nº 3.477/20, que prevê o acesso à internet, com fins educacionais, a alunos e professores da rede pública de educação. O texto, aprovado em fevereiro pelo Congresso, define que o governo federal destine recursos para estados e municípios aplicarem em ações que garantam internet gratuita, em razão da adoção do ensino remoto durante a pandemia de covid-19.

Em mensagem aos parlamentares, publicada hoje (19) no Diário Oficial da União, Bolsonaro diz que a medida é inconstitucional e contraria o

Suplente de Major Olímpio no Senado, Alexandre Giordano foi pivô de crise no Paraguai

Com a morte do senador Major Olímpio (PSL-SP) causada pela Covid-19, seu primeiro suplente, o empresário Alexandre Luiz Giordano (PSL-SP), 47, assumirá a cadeira no Senado. O segundo suplente na chapa é Marcos Pontes, atual ministro da Ciência e Tecnologia.

Giordano se tornou conhecido por ter sido personagem de uma crise política no Paraguai envolvendo a usina hidrelétrica binacional de Itaipu em 2019.

A crise eclodiu no fim de julho daquele ano, quando foram revelados os termos do novo acordo entre Brasil e Paraguai para a compra de energia de Itaipu. Um dos participantes nas negociações foi Giordano, que, segundo as investigações, usou o nome da família do presidente Jair Bolsonaro para se credenciar.

Pela revisão acertada en-

tre Assunção e Brasília, o Paraguai aumentaria seus gastos em mais de US\$ 200 milhões, o que desencadeou questionamentos ao presidente paraguaio, Mario Abdo Benítez, em seu país.

Mensagens reveladas no início de agosto de 2019 pelo jornal paraguaio ABC Color mostraram que o presidente do Paraguai sabia dos termos prejudiciais do acordo, e essa teria sido uma das razões pelas quais o documento não foi tornado público até o final de julho.

Após ameaças de impeachment, o acordo acabou cancelado. Mas o trato começou a ser investigado por autoridades, o que levou a mensagens trocadas entre o ex-presidente da Ande (estatal elétrica paraguaia) Pedro Ferreira e o advogado José Rodríguez, que se apresentava como assessor jurídico do vice paraguaio.

Folhapress



interesse público ao aumentar a “alta rigidez do Orçamento, o que dificulta o cumprimento da meta fiscal e da Regra de Ouro”. Além disso, contraria a Lei de Responsabilidade Fiscal, pois o texto não apresenta a estimativa do respectivo impacto orçamentário e financeiro.

“Por fim, o governo federal está empregando esforços para aprimorar e ampliar programas específicos para atender à demanda da sociedade, por meio da contratação de serviços de acesso à internet em banda larga nas escolas públicas de educação básica, a exemplo do Programa de Inovação Educação Conectada (PIEC), instituído pelo

Decreto nº 9.204, de 2017, e do Programa Banda Larga nas Escolas (PBLE), bem como do Programa Brasil de Aprendizagem, em fase de elaboração no Ministério da Educação”, diz a mensagem.

Além da internet, a proposta prevê a aquisição de tablets para todos os estudantes do ensino médio da rede pública vinculados ao Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), tomando como referência o preço de R\$ 520 por equipamento.

De acordo com o texto, a estimativa do impacto orçamentário e financeiro da proposta é de R\$ 26,6 bilhões.

Andreia Verdellio/ABR

>>>Continuação...

• Referência à Estrutura Concursal (Alterações ao CPC 15) • Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).

8 Caixa e equivalentes de caixa	2020	2019
Caixa e bancos	634	407
Aplicações financeiras	1.375	1.042
Total	2.009	1.449

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. Estão representados por aplicações financeiras realizadas automaticamente pelos bancos, são de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, as quais estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, remuneradas à variação de aproximadamente 2% do DI a.a. dependendo do prazo total pelo qual os recursos permanecem aplicados. (Em 2019, 2,30% a.a.). A exposição da Companhia a riscos de taxas de juro e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros estão divulgadas na nota explicativa nº 26.

9. Contas a receber de clientes	2020	2019
Serviços faturados de clientes - terceiros	5.975	6.268
Serviços faturados de clientes - partes relacionadas (ver nota 15)	1.086	1.048
Provisão para perdas esperadas	(197)	(171)
Total	6.864	7.145

A classificação por idade de vencimento pode ser assim apresentada:

	2020	2019
A vencer	6.553	6.133
Vencidos até 30 dias	139	764
Vencidos de 31 a 60 dias	4	123
Vencidos de 61 a 90 dias	1	127
Vencidos de 91 a 180 dias	329	8
Vencidos de 181 a 360 dias	34	157
Vencidos acima de 361 dias	1	4
Total	7.061	7.316

A movimentação da provisão para perdas esperadas de clientes pode ser assim apresentada:

	2020	2019
Saldo inicial	171	123
(-) Reversões	(163)	(123)
(-) Perdas realizadas	(12)	-
(+) Complementos	201	171
Saldo final	197	171

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Companhia é objeto do contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios oriundo da emissão das debêntures (ver nota explicativa nº 19). **10. Aplicações financeiras vinculadas:** Conforme cláusula de garantia 6.1.3 do Instrumento Particular de Escritura e Contrato de Cessão Fiduciária, a Companhia deverá manter em conta vinculada até a data da liquidação integral das debêntures, o valor correspondente a: (i) R\$4.000 ou (ii) 20% (vinte por cento) do saldo devedor das debêntures, dos dois valores o menor como reserva de segurança. ("Reserva de Caixa").

	2020	2019
Saldo inicial	4.036	-
Aplicação	-	4.000
(-) Retenção IR Lei 10892	(15)	-
(+) Rendimento líquido	94	36
Saldo final	4.115	4.036

A aplicação financeira denominada ITAÚ TOP RF REFERENCIAL DO DI FICFI cujo retorno é compatível ao CDI por meio de investimento em títulos públicos federais e títulos privados de baixo risco de crédito. A taxa de rendimento do fundo no último mês foi de 0,16% e 2,35% no acumulado dos últimos 12 meses (Em 2019 5,58% a.a.).

11. Depósitos e cauções	2020	2019
Depósitos judiciais	278	58
Circulante	-	-
Não circulante	278	58

A Companhia foi incluída no polo passivo de processos trabalhistas devido compor grupo empresarial com a Estre Ambiental S/A.

12. Imobilizado	Custo	Depre-	2020	2019
-----------------	-------	--------	------	------

	Taxa anual de depreciação %	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	2020	2019
Máquinas e equipamentos	10	3.974	(989)	2.985	3.202
Computadores e periféricos	20	359	(263)	96	121
Móveis e utensílios	10	685	(256)	429	449
Instalações	10	921	(299)	622	707
Instalação - Fábrica	10	77	(28)	49	56
Ferramentas	10	9	(4)	5	6
Aparelhos e acessórios	10	10	(8)	2	3
Beneficentários em imóveis de terceiros	4	73.419	(23.880)	49.539	49.066
Total		79.454	(25.727)	53.727	53.610

A movimentação do imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi a seguinte:

	2019	Adições	Baixas	2020
Máquinas e equipamentos	3.799	175	-	3.974
Computadores e periféricos	329	30	-	359
Móveis e utensílios	639	48	(2)	685
Instalações	913	8	-	921
Instalação - Fábrica	77	-	-	77
Ferramentas	9	-	-	9
Aparelhos e acessórios	10	-	-	10
Beneficentários em imóveis de terceiros (i)	70.011	3.408	-	73.419
Total	75.787	3.669	(2)	79.454

Depreciação acumulada
Máquinas e equipamentos (597) (392) - (989)
Computadores e periféricos (208) (55) - (263)
Móveis e utensílios (190) (67) 1 (256)
Instalações (206) (92) - (298)
Instalação - Fábrica (21) (8) - (29)
Ferramentas (3) (1) - (4)
Aparelhos e acessórios (7) (1) - (8)
Beneficentários em imóveis de terceiros (20.945) (2.935) - (23.880)
Total (22.177) (3.551) 1 (25.727)

Movimentação do imobilizado líquido geral no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi a seguinte:

	2019	Adições	Baixas	2020
Total Imobilizado líquido	53.610	118	(1)	(53.727)

A movimentação do imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi a seguinte:

	2018	Adições	Baixas	2019
Máquinas e equipamentos	1.675	106	-	2.018
Computadores e periféricos	290	40	-	329
Móveis e utensílios	541	98	-	639
Instalações	844	70	(1)	913
Instalação - Fábrica	77	-	-	77
Ferramentas	9	-	-	9
Aparelhos e acessórios	10	-	-	10
Beneficentários em imóveis de terceiros	47.794	2.628	-	50.422
Projeto CPTE (em andamento)	16.231	896	-	17.127
Capitalização de encargos sobre construção	3.927	552	-	4.479
Total	71.398	4.390	(1)	75.787

Depreciação acumulada
Máquinas e equipamentos (260) (337) - (597)
Computadores e periféricos (159) (49) - (208)
Móveis e utensílios (132) (58) - (190)
Instalações (120) (87) 1 (206)
Instalação - Fábrica (13) (8) - (21)
Ferramentas (2) (1) - (3)
Aparelhos e acessórios (6) (1) - (7)
Beneficentários em imóveis de terceiros (18.337) (2.608) - (20.945)
Total (19.029) (3.149) 1 - (22.177)

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não havia ativos imobilizados dados em garantias de dívidas.

13. Direito de uso: A Companhia adotou a transição da norma CPC 06 (R2), reconhecendo um ativo de direito de uso a partir de 1º de janeiro de 2019. O reconhecimento deu-se de forma retrospectiva modificada, em que não exige a reapresentação dos valores correspondentes, não impacta o patrimônio líquido e possibilita a adoção de expedientes práticos. Sendo essas as primeiras demonstrações com representação comparativa.

	2020	2019
Saldo inicial	5.091	5.182
(+) Ajuste de saldo inicial (+) incremento	638	-
(-) Pagamento de principal	(48)	(155)
(-) Pagamento de juros	(670)	(531)
(+) Ajuste de amortização	(63)	63
(+) Apropriação de juros	791	532
Saldo final	5.739	5.091

15. Debêntures
Debêntures 52.712 55.842
(-) Custos de captação (3.034) (3.563)
49.678 52.279

Circulante 6.849 4.025
Não circulante 42.829 48.254

Taxa anual de amortização %	Custo de aquisição líquido	Amortização acumulada	2020	2019
-----------------------------	----------------------------	-----------------------	------	------

	2019	Adições	Baixas	2020
Imóveis	5.182	638	-	5.820
Total	5.182	638	-	5.820

Amortização acumulada
Imóveis (91) (356) - (447)
Total (91) (356) - (447)
2020 5.091 282 - 5.373

15. Transações com partes relacionadas: **15.1 Saldos patrimoniais e transações comerciais em 31 de dezembro de 2020**

Contas a receber	Fornecedores	Arrendamento a pagar	Outras contas a pagar	Receitas	Custos	Despesas
Nota 9	Nota 14	a pagar	a pagar			
Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP)	506	657	5.739	123	5.789	(3.216)
Estre Ambiental S.A.	320	12	-	-	1.131	(105)
Resicontrol Serviços Ltda.	222	-	-	-	536	-
Centro de Tratamento de Resíduos de Itaboraí Ltda.	30	-	-	-	528	-
Terrestre Ambiental Ltda.	1	-	-	-	636	(107)
Cavo Serviços e Saneamento S.A.	-	7	-	-	-	-
Logística Ambiental de São Paulo S.A. - LOGA	7	-	-	-	81	-
Total	1.086	676	5.739	123	8.701	(3.428)

15.2 Saldos patrimoniais e transações comerciais em 31 de dezembro de 2019

Contas a receber	Fornecedores	Arrendamento a pagar	Receitas	Custos	Despesas
Nota 9	Nota 14	a pagar			
Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP)	330	680	5.091	6.001	(3.347)
Estre Ambiental S.A.	522	10	-	1.489	(137)
Resicontrol Serviços Ltda.	-	-	-	5	-
Centro de Tratamento de Resíduos de Itaboraí Ltda.	121	-	-	651	-
Terrestre Ambiental Ltda.	67	-	-	1.203	-
Cavo Serviços e Saneamento S.A.	-	-	-	-	(171)
Logística Ambiental de São Paulo S.A. - LOGA	8	-	-	38	-
Latte Saneamento de Participações S/A	-	-	-	-	(269)
Total	1.048	690	5.091	9.387	(3.655)

As transações comerciais referentes a compras e vendas de serviços são realizadas de acordo com contratos vigentes. A Companhia mantém operações em condições específicas acordadas entre as partes. Dessa forma, o resultado dessas operações poderia ser diferente daquele que seria obtido em operações realizadas com partes não relacionadas. **Remuneração da Administração:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a remuneração total da Administração, incluindo o Conselho de Administração, registrada na rubrica "Despesas gerais e administrativas", totalizou R\$ 3.435 (R\$ 3.320 em 31 de dezembro de 2019). **Controlador final:** O controle da Companhia é exercido em conjunto por meio de um Conselho de Administração com representantes dos acionistas, SABESP e Latte.

16. Obrigações trabalhistas	2020	2019
Provisão de participação nos resultados (i)	-	2.607
Provisões para férias e respectivos encargos Salários e encargos	998	965
Parcelamento PERT de débitos previdenciários (ii)	141	198
Provisão para pagamento de bônus	927	-
Total	2.066	4.592

Circulante 2.718 4.446
Não circulante 88 146

(i) A participação nos resultados é calculada anualmente levando em consideração o atingimento de: a) performance financeira da Companhia, atreladas ao EBITDA e a Receita líquida; b) metas departamentais; e c) metas individuais. Com relação ao saldo apresentado em 31 de dezembro de 2019, este foi quitado no montante de R\$ 2.591 e estornado a quantia de R\$ 16, pois conforme regras demitidas perdem o direito de receber. Para 2020 as metas não foram atingidas e nenhuma provisão para participação nos resultados foi reconhecida. (ii) Em 9 de agosto de 2017, a Companhia desistiu do parcelamento simplificado dos seus débitos previdenciários, de competência entre agosto e dezembro de 2015, incluindo 13º período, no valor consolidado de R\$ 541, em 60 prestações mensais, que havia realizado em 4 de fevereiro de 2016, para aderir ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) para débitos previdenciários. A opção escolhida foi o pagamento à vista e em espécie de, no mínimo, 7,5% do valor da dívida consolidada, sem reduções, em cinco parcelas mensais e sucessivas e o restante será parcelado em até 145 parcelas mensais e sucessivas, vencíveis a partir de janeiro de 2018, com redução de 80% dos juros de mora e de 40% das multas de mora, de ofício ou isoladas. Em agosto de 2018, a Receita Federal consolidou o parcelamento, restando a pagar 77 parcelas no valor de R\$ 4.

17. Obrigações tributárias	2020	2019
Parcelamento PERT de demais débitos (i)	576	662
Parcelamento PIS/COFINS (ii)	1.107	1.364
Outros impostos a recolher	366	591
Impostos federais retidos na fonte	208	269
Impostos municipais	91	97
Total	2.348	2.983

Circulante 1.063 1.345
Não circulante 1.285 1.638

(i) Em 9 de agosto de 2017, a Companhia desistiu dos acordos com o fisco realizados em 4 de março de 2016 e 8 de fevereiro de 2017, nos quais realizou parcelamentos em 60 prestações mensais dos seus débitos federais de PIS e COFINS e de IR e CSLL, de competência de outubro de 2015 a dezembro de 2015 e de janeiro de 2016 a junho de 2016 nos valores consolidados de R\$ 811 e R\$ 727, para aderir ao PERT. Na adesão ao PERT a opção escolhida foi a de pagamento à vista e em espécie de, no mínimo, 7,5% (sete inteiros e cinco décimos por cento) do valor da dívida consolidada, sem reduções, em cinco parcelas mensais e sucessivas, e o restante será parcelado em até 145 (cento e quarenta e cinco) parcelas mensais e sucessivas, vencíveis a partir de janeiro de 2018, com redução de 80% (oitenta por cento) dos juros de mora e de 40% (quarenta por cento) das multas de mora, de ofício ou isoladas. A consolidação deste parcelamento ocorreu em dezembro de 2018, restando um total de 92 parcelas de R\$ 7, tendo seu vencimento final em 31 de agosto de 2026. O vencimento original desse parcelamento seria em 31 de janeiro de 2030, mas devido às antecipações terem ocorrido em um montante maior que o devido, a Receita Federal abateu o valor nas últimas parcelas. (ii) Em 21 de outubro de 2019 a Companhia decidiu pelo parcelamento dos tributos em aberto relativos ao PIS competência 08/2019 e a COFINS competências 06, 07 e 08/2019 junto a Receita Federal no montante corrigido de R\$ 1.415 mil em 60 parcelas. O saldo remanescente é atualizado mensalmente pela Selic, e aqui representa o saldo findo em 31 de dezembro de 2019. **18. Passivo de arrendamento:** Conforme transição do CPC 06 (R2) - Arrendamentos, norma adotada a partir de 1º de janeiro de 2019, a Companhia reconheceu em seu ativo um direito de uso do terreno pertencente à controladora em conjunto Sabesp, por meio de um passivo de arrendamento. Ao mensurar o passivo de arrendamento, a Companhia descontou os pagamentos de arrendamentos utilizando a taxa incremental de 12,73% a.a. O contrato de arrendamento tem duração de 30 anos com vigência até setembro de 2043.

Passivo circulante	2020	2019
Arrendamento a pagar	694	585
Total	694	585

Passivo não circulante
Arrendamento a pagar 5.045 4.506
5.739 5.091

A movimentação do arrendamento a pagar pode ser representada conforme segue:

	2020	2019
Saldo inicial	5.091	5.182
(+) Ajuste de saldo inicial (+) incremento	638	-
(-) Pagamento de principal	(48)	(155)
(-) Pagamento de juros	(670)	(531)
(+) Ajuste de amortização	(63)	63
(+) Apropriação de juros	791	532
Saldo final	5.739	5.091

19. Debêntures
Saldo inicial 340 835
(-) Reversão (243) (495)
(+) Provisões constituídas 203 -
(=) Saldo final 300 340

A Companhia está sujeita a outros processos judiciais, avaliados pelos assessores jurídicos com probabilidade de perda possível,

	2018	01/01/2019	Adições	2019
Direito de uso Imóveis	-	5.182	-	5.182
Total	-	5.182	-	5.182

	2020	2019
Amortização acumulada Imóveis	-	-
Total	-	-
Direito de uso líquido	-	-
14. Fornecedores	2020	2019
Fornecedores	388	554
Fornecedores - partes relacionadas (nota 15)	676	690
Despesas provisionadas	151	-
Total	1.215	1.244

A movimentação do direito de uso no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi a seguinte:

	2020	2019
Saldo inicial	-	-
(+) Ajuste de saldo inicial (+) incremento	638	-
(-) Pagamento de principal	(48)	(155)
(-) Pagamento de juros	(670)	(531)
(+) Ajuste de amortização	(63)	63
(+) Apropriação de juros	791	532
Saldo final	5.739	5.091

A movimentação das debêntures pode ser assim representada:

	2020	2019
Saldo inicial	55.842	-
(+) Captações	-	55.000
(-) Pagamento de principal	(3.909)	-
(

Publicidade Legal

>>>Continuação...

31/12/2019	Emprestimo e recebíveis	Passivos pelo custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	1.449	-	-	1.449
Contas a receber	7.145	-	-	7.145
Instrumentos financeiros	4.036	-	-	4.036
Total	12.630	-	-	12.630
Passivos				
Fornecedores	-	1.244	-	1.244
Outras contas a pagar	-	52.279	-	52.279
Total	-	53.523	-	53.523

Comparação entre o valor contábil e o valor justo dos instrumentos financeiros	
Receíveis	Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado
Caixa e equivalente de caixa	Fornecedores
Contas a receber	Debêntures
Aplicações financeiras	
Total	Total
2.009	1.215
6.864	49.678
4.115	49.678
12.988	50.893

27. Seguros: A Companhia tem por política manter cobertura de seguros no montante que a Administração considera adequado para cobrir os possíveis riscos e eventuais perdas com sinistros em suas operações.

Natureza

Veículos	680
Responsabilidade civil	20.013
Predial	33.961

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a revisão da suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e analisada quanto à adequação pela Administração. **28. Lucro por ação:** O cálculo do lucro básico por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

	2020	2019
Lucro (prejuízo) atribuído aos detentores de ações ordinárias (básico)	11.341	(17.815)
Média ponderada de ações ordinárias em circulação	37.677	37.677
Lucro (prejuízo) líquido básico por ação - R\$	0,30	-0,47

Diretoria

Ricardo Pelucio – Presidente

Sonia Regina Rodrigues – Vice Presidente

Regiane Di Luoffo Oliveira – Gerente Administrativa Financeira

Contador

José Ribamar do Nascimento - CRC 1SP 118814/O-6

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **Attend Ambiental S.A.** Barueri - SP - **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Attend Ambiental S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Attend Ambiental S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Reconhecimento de receita na prestação de serviços de tratamento de efluentes líquidos:** Veja notas explicativas nº 6 e 22 das demonstrações financeiras. **Principais assuntos de auditoria:** Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 22 às demonstrações financeiras, em 31/12/2020, a Companhia apresentou receitas líquidas de R\$ 43.976 mil (R\$ 44.799 mil em 2019). As receitas da Companhia são oriundas preponderantemente da prestação de serviços de tratamento de efluentes líquidos industriais. O reconhecimento contábil se dá quando o serviço é prestado ao cliente, ou seja, quando os efluentes líquidos são efetivamente tratados. Devido à relevância dos valores envolvidos, a natureza e a extensão do esforço de auditoria necessário para tratar do assunto, incluindo o grau de conhecimento necessário para aplicar procedimentos de auditoria e avaliar os resultados desses procedimentos, consideramos esse assunto como significativo em nossos trabalhos de auditoria. **Como a auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: • Entendimento e teste do desenho dos controles envolvendo o reconhecimento de receitas de serviços de limpeza de efluentes líquidos; • Reconciliação entre planilha de faturamento do departamento financeiro e os registros contábeis para o exercício; • A partir da planilha de faturamento do departamento financeiro, selecionamos, em base amostral, notas

fiscais e verificamos: (i) se o volume faturado e o preço praticado estão de acordo com os termos contratuais, (ii) o recebimento subsequente da nota fiscal, e (iii) caso não houvesse o recebimento da nota fiscal, verificamos a evidência do serviço prestado com base nos controles de aferição de peso de entrada e saída dos caminhões de transporte de efluentes líquidos na portaria; • Selecionamos, com base em uma amostra, notas fiscais de vendas de serviços de tratamento de efluentes emitidas nos últimos dias do ano de 2020 e 2019 e nos primeiros dias do ano de 2021 e 2020 e confrontamos essas notas fiscais com os relatórios de descartes emitido pela área operacional e verificamos se as transações foram reconhecidas no período contábil correto; • Verificamos a adequação das divulgações apresentadas nas notas explicativas. Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que o processo de reconhecimento da receita da Companhia relativo a prestação de serviços de limpeza de efluentes líquidos, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras. **Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos:** Veja notas explicativas nº 6.k e 25 das demonstrações financeiras. **Principal assunto de auditoria:** A Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferido ativo sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, respectivamente, conforme divulgado na nota explicativa nº 25, cujo saldo em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 7.623 mil. A estimativa do lucro tributável futuro, contra os quais os prejuízos fiscais e a base negativa possam ser utilizadas, envolve certas premissas tais como: período projetivo, volume estimados para cada linha de tratamento, preço médio da tonelada processada e inflação projetada. A administração, também, utilizou julgamentos para a interpretação de leis tributárias, que fundamentam as expectativas de realização dos ativos fiscais diferidos. Devido aos julgamentos sobre aplicações de leis tributárias que tem efeitos significativos sobre os valores de prejuízos fiscais e a base negativa reconhecidos como imposto de renda diferido ativo e as incertezas relacionadas às premissas utilizadas na estimativa dos lucros tributáveis futuros que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis, consideramos este assunto significativo para a nossa auditoria. **Como nossa auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: • A avaliação da independência, objetividade e qualificação do time de especialistas terceiros contratados pela Companhia para realizar as projeções de lucros tributáveis futuros; • A avaliação, com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas; (i) se a estimativa do lucro tributável futuro foi elaborada de forma consistente com as práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas; (ii) se as premissas utilizadas estão fundamentadas em dados históricos e/ou de mercados e estão condizentes com o orçamento aprovado pela Companhia, e (iii) se os cálculos matemáticos estão adequados; • Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, análise de sensibilidade de acordo com as premissas observadas e comparáveis de mercado; • A avaliação, com o auxílio de nossos especialistas em tributos, sobre a adequação da base fiscal utilizada para o cálculo dos impostos diferidos, tendo como refe-

rência à interpretação de leis tributárias, que fundamentam as expectativas de realização dos ativos fiscais diferidos; e • A avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes. Baseados nos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos que o valor reconhecido de imposto de renda e contribuição social diferido ativo sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras. **Enfase - Riscos relacionados a conformidades com leis e regulamentos:** Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 das demonstrações financeiras que descreve que foi concluída, em 26 de novembro de 2019, as investigações dos especialistas independentes contratados pela Companhia, sem identificar atos ilícitos e/ou atos fraudulentos cometidos pelos executivos das empresas do grupo Estre Ambiental S.A. (antiga controladora da Companhia) em contratos de prestação de serviços mantidos com a Transpetro. Contudo, as investigações do Ministério Público encontraram-se em curso e não é possível determinar se ainda serão revelados fatos que possam impactar a Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planeja-

mos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contulio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar nossos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressar nossa opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo 18 de março de 2021.



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Cristiano Seabra Di Girolamo - Contador CRC BA-017826/O-4

Confira nosso site
datamercantil.com.br

Dinamite Vila Madalena Choperia Ltda.
CNPJ/ME nº 07.263.167/0001-94 – NIRE 35.219.568.200
Comunicado de Extravio
A empresa **Dinamite Vila Madalena Choperia Ltda.**, CNPJ/ME nº 07.263.167/0001-94, com seus atos societários arquivados na JUCESP sob o NIRE 35.219.568.200, com sede social na Rua Morato Coelho, nº 1060, Vila Madalena, comunica o extravio da impressora fiscal, modelo MP-20 F11 ECF-IF, ECF-IF nº 4708031073093 da marca DEMATECH, devido ao incêndio ocorrido no local, sob B.O. nº 239/2020.
São Paulo/SP, 10 de março de 2021

Clinicas do Brasil Holding S.A.
CNPJ nº 23.670.693/0001-25 - NIRE 35.300.484.592
Edital de Convocação da Assembleia Geral Extraordinária REUNIAO DIGITAL
Acesso pelo link: <https://zoom.us/j/97307141228?pwd=ZWp0QUVhbnFNaHh0bWpGS0ZlZD08ZzZzO9>
ID da Reunião nº: 973 0714 1228

Ficam convocados os acionistas da **Clinicas do Brasil Holding S.A.** ("Companhia") para se reunir em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia ("Assembleia Geral"), a ser realizada **no dia 31 de março de 2021, às 10 horas**, em 1ª (primeira) convocação, **por meio de videoconferência**, nos termos da Instrução Normativa DREI Nº 81, de 10 de junho de 2020, nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), para examinar, discutir e deliberar a respeito da seguinte **Ordem do Dia:** (i) o "Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da Regatieri Participações Ltda. pela Clinicas do Brasil Holding S.A.", celebrado pelas administrações da Companhia e da **Regatieri Participações Ltda.**, sociedade empresária limitada, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Pascal, nº 329, conjunto 2, Bairro Campo Belo, CEP 04616-001, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 39.838.017/0001-58 ("Holding UPO") ("Protocolo e Justificação UPO"), cuja cópia será disponibilizada aos acionistas nos termos deste Edital de Convocação; (ii) a ratificação da nomeação e contratação da empresa de avaliação **EFFORTS Profissionais Contábeis**, inscrita no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo, sob o nº 2SP024.027/O-0 e no CNPJ 07.760.271/0001-94, sediada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2012 – cj. 102 ("Empresa Avaliadora") na qualidade de empresa especializada para elaboração do laudo de avaliação contábil da Holding UPO para fins de incorporação da Holding UPO na Companhia; (iii) o laudo de avaliação contábil do patrimônio líquido da Holding UPO, para fins de incorporação pela Companhia, elaborado pela Empresa Avaliadora, o qual avaliou a totalidade do patrimônio líquido da Holding UPO em R\$5.362.518,00 (cinco milhões, trezentos e sessenta e dois mil, quinhentos e dezoito reais) na data-base de 31 de dezembro de 2020, cuja cópia será disponibilizada aos acionistas nos termos deste Edital de Convocação; (iv) a proposta da incorporação da Holding UPO pela Companhia nos termos e condições do Protocolo e Justificação UPO; (v) a proposta de aumento do capital social da Companhia, decorrente da incorporação da Holding UPO no valor de R\$3.485.636,70 (três milhões, quatrocentos e oitenta e cinco mil, seiscentos e trinta e seis reais e setenta centavos), mediante emissão de 3.045.078 (três milhões, quarenta e cinco mil e setenta e oito) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, a um preço de emissão total de R\$3.485.636,70 (três milhões, quatrocentos e oitenta e cinco mil, seiscentos e trinta e seis reais e setenta centavos), fixado conforme inciso II do §1º do artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações, e serem integralmente subscritas por Caio Vinícius Saito Regatieri, na proporção da participação por ele detida na Holding UPO; (vi) o "Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da HMO Participações Societárias Ltda. pela Clinicas do Brasil Holding S.A.", celebrado pelas administrações da Companhia e da **HMO Participações Societárias Ltda.**, sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Rua Salem Bechara, nº 297, CEP 06018-180 ("Holding Osasco") ("Protocolo e Justificação Osasco"), cuja cópia será disponibilizada aos acionistas nos termos deste Edital de Convocação; (vii) a ratificação da nomeação e contratação da Empresa Avaliadora (conforme acima definida), na qualidade de empresa especializada para elaboração do laudo de avaliação contábil da Holding Osasco para fins de incorporação da Holding Osasco na Companhia; (viii) o laudo de avaliação contábil do patrimônio líquido da Holding Osasco, para fins de incorporação pela Companhia, elaborado pela Empresa Avaliadora, o qual avaliou a totalidade do patrimônio líquido da Holding Osasco em R\$3.500.100,00 (três milhões, quinhentos mil e cem reais) na data base de 31 de janeiro de 2021, cuja cópia será disponibilizada aos acionistas nos termos deste Edital de Convocação; (ix) a proposta da incorporação da Holding Osasco pela Companhia nos termos e condições do Protocolo e Justificação Osasco; e (x) a proposta de aumento do capital social da Companhia, decorrente da incorporação da Holding Osasco no valor de R\$1.050.030,00 (um milhão, cinquenta mil e trinta reais) mediante emissão de 1.467.609 (um milhão, quatrocentos e sessenta e sete mil, seiscentos e nove) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, a um preço de emissão total de R\$1.050.030,00 (um milhão, cinquenta mil e trinta reais), fixado conforme inciso II do §1º do artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações, e serem integralmente subscritas por Marcelo Inrator Dimantas, Paulo Santos Rodrigues, Daniel Eduardo Locatelli Gasparian e Tiago dos Santos Prata, na proporção da participação por eles detidas na Holding Osasco; (xi) a alteração da Cláusula 5ª do Estatuto Social da Companhia, em vista das deliberações de aumento de capital previstas nos itens (v) e (x) acima. **Informações Gerais:** A senha para acesso à sala virtual da Assembleia Geral e os documentos e informações pertinentes às matérias a serem examinadas e deliberadas na Assembleia Geral serão enviados aos acionistas via correio eletrônico (e-mail). Aqueles que não os receberam poderão solicitá-los diretamente ao Departamento Jurídico da Companhia, à Sra. Patrícia Passos, pelo e-mail patricia.passos@otpy.com.br. Nos termos do art. 126 da Lei das S.A., para participar da Assembleia Geral os acionistas deverão apresentar, à Companhia (i) cópia do documento de identidade (Carteira de Identidade Registro Geral "RG", Carteira Nacional de Habilitação "CNH", passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contem foto de seu titular); (ii) atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, conforme o caso; e/ou (iii) instrumento de outorga de poderes de representação, conforme aplicável. O representante de acionista pessoa jurídica deverá apresentar, ainda, cópia simples dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente (Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou Junta Comercial, conforme o caso); (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à Assembleia Geral como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente a acionista pessoa jurídica. Com relação à participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação para participação na Assembleia Geral deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do artigo 126, § 1º, da Lei das S.A. Adicionalmente, em cumprimento ao disposto no art. 654, §1º do Código Civil, a procuração deverá conter a indicação do lugar onde foi passada, a qualificação completa do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos. A Companhia solicita o depósito prévio dos documentos necessários para participação na Assembleia Geral com, no mínimo, 72 (setenta e duas) horas de antecedência. A documentação poderá ser entregue na sede da Companhia ou encaminhada ao Departamento Jurídico da Companhia, aos cuidados da Sra. Patrícia Passos, para o e-mail patricia.passos@otpy.com.br. Ressalta-se que os acionistas poderão participar da Assembleia Geral ainda que não realizem o depósito prévio acima referido, bastando apresentarem os documentos em até **30 (trinta) minutos antes do início** da Assembleia Geral, conforme Instrução Normativa DREI Nº 81, de 10 de junho de 2020. São Paulo, 19 de março de 2021.
Fernando Henrique de Aldemundo Pereira
Presidente do Conselho de Administração

DÓLAR
compra/venda
Câmbio livre B - R\$ 5,5076 / R\$ 5,5082 **
Câmbio livre mercado - R\$ 5,4830 / R\$ 5,4850 *
Turismo - R\$ 5,4870 / R\$ 5,6630
(*) cotação média do mercado
(**) cotação do Banco Central

Variação do câmbio livre mercado no dia: -1,47%

OURO BM&F
R\$ 304,500

BOLSAS
B3 (Ibovespa)
Variação: 1,21%
Pontos: 116,221
Volume financeiro: R\$ 40,441 bilhões
Majores altas: Pão de Açúcar ON (13,24%), Sul América UNT (8,71%), CVC Brasil (6,85%)
Majores baixas: Companhia Siderúrgica Nacional ON (-3,86%), Assai ON (-2,61%), Suzano ON (-1,73%)

Brassinter S/A Indústria e Comércio – CNPJ nº 56.994.460/0001-37
Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária
Ficam convidados os senhores acionistas da **Brassinter S/A Indústria e Comércio**, a se reunir em AGO, no dia 20/04/2021 às 10h, na sede social da companhia, Avenida Das Nações Unidas, 21344-5P/SP, para discutir e deliberar a seguinte ordem do dia: **1º)** Relatório da Administração, balanço e contas do exercício findo em 31/12/2020; **2º)** Eleição da Diretoria; **3º)** Fixação de honorários da Diretoria. Achar-se a disposição dos acionistas, na sede da companhia, as Demonstrações Financeiras referente ao exercício findo em 31/12/2020. São Paulo, 17 de março de 2021.
José Roberto Torres – Diretor Presidente.

Real Estate XXV Investimentos Imobiliários e Participações S.A. - CNPJ/ME nº 31.701.243/0001-80 - NIRE 35.300.522.71-1 - **Ata de AGE Realizada em 19/3/21.** Aos 19/3/21, às 12h, na sede social. **Presença:** Totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Daniel Rizardi Sorrentino; Secretário: Rafael Freitas de Aguiar. **Deliberações:** 1. Aprovada a ratificação e a ratificação da ata da AGE de 29/1/21, para: 1.1. **Retificar** a forma de restituição, ao acionista **Pátria Real Estate III Multiestratégia - Fundo de Investimento em Participações**, da parcela do capital social reduzido já integralizado, a quantia equivalente a R\$25.962.092,10, que constou erroneamente, que tal valor seria restituído em moeda corrente nacional, quando, na realidade, será restituído mediante a cessão e transferência, pela Companhia ao acionista **Pátria Real Estate III Multiestratégia - Fundo de Investimento em Participações**, de (i) 1.183.700 ações ordinárias "AVLL3" e (ii) 355.110 ações ordinárias "AVLL1", sendo todas essas ações ordinárias "AVLL3" e "AVLL1" representativas do capital social da Alphaville S.A., CNPJ/ME nº 16.811.931/0001-00. 1.2. Assim, fica ratificada a redação do item "1.3" do tópico "deliberações" da ata da AGE de 29/1/21, para fazer constar a seguinte redação: "1.3. Nesse sentido, o acionista **Pátria Real Estate III Multiestratégia - Fundo de Investimento em Participações** receberá a restituição integral da parcela do capital social reduzido já integralizado, a quantia equivalente a R\$25.962.092,10, mediante a cessão e transferência, pela Companhia ao acionista **Pátria Real Estate III Multiestratégia - Fundo de Investimento em Participações**, de (i) 1.183.700 ações ordinárias "AVLL3" e (ii) 355.110 ações ordinárias "AVLL1", sendo todas essas ações ordinárias "AVLL3" e "AVLL1" representativas do capital social da Alphaville S.A., CNPJ/ME nº 16.811.931/0001-00, imediatamente após a data da redução do capital social se tornar efetiva." 1.3. Ratificar as demais deliberações tomadas pelos acionistas na AGE de 29/1/21, bem como todos os atos societários dela decorrentes. Nada mais.

ABRAFIPA – Associação Brasileira das Empresas de Filtros, Purificadores, Bebedouros e Equipamentos para Tratamento de Água
O Presidente da **ABRAFIPA – Associação Brasileira das Empresas de Filtros, Purificadores, Bebedouros e Equipamentos para Tratamento de Água**, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 15-d do Estatuto Social, **CONVOCA** todos os associados, juntos com a tesouraria, para: Assembleia Geral Extraordinária – AGE, quando serão tratados os seguintes assuntos: **1)** Aprovação das atividades e contas de 2020; **2)** Aprovação do orçamento para 2021; **3)** Mudança de endereço da sede; **4)** Aprovação da revisão do **regulamento para avaliação voluntária do dispositivo de melhoria utilizado em aparelho para melhoria da qualidade da água para consumo humano**; **5)** Assuntos de interesse geral. Será realizada no dia 30/03/2020, às 14:30hs em 1ª convocação e às 15:00hs em 2ª convocação com qualquer dos presentes, em formato virtual, cuja plataforma de acesso será disponibilizada oportunamente pelas vias virtuais (e-mail, WhatsApp).
São Paulo, 18 de março de 2021. **Alexandre Augusto Domingues** – Presidente

Breda Logística Ltda.
CNPJ/ME nº 16.880.735/0001-97 – NIRE 35.226.922.994
Ata de Reunião de Sócios
Aos 18/03/2021 às 10h00, presentes os sócios titulares da totalidade das quotas representativas do capital social da sociedade, com sede na Avenida Dom Jaime de Barros Câmara nº 300, Garagem, São Bernardo do Campo-SP, ("Sociedade"). **Convocação e Presença:** Dispensada, face a presença de acionistas representando a totalidade do capital social. **Mesa:** **Paulo Sergio Coelho** – Presidente; **José Efraim Neves da Silva** – Secretário. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre a redução do capital social para o montante de R\$29.380.829,00, posto que, o valor subscrito e integralizado de R\$32.190.829,00 tornou-se, momentaneamente, excessivo para consecução dos objetivos sociais. **Deliberações Tomadas por Unanimidade:** Declarada aberta a sessão, o Presidente iniciou os trabalhos explicando aos sócios que o capital social subscrito e integralizado na Sociedade é excessivo para a consecução do objeto social, razão pela qual, propôs seja reduzido para R\$29.380.829,00, devolvendo-se a diferença de R\$2.810.000,00 à sócia Comporte Participações S/A. Depois de discutido o assunto previsto na ordem do dia, os sócios, por unanimidade, aprovaram a redução do capital social para R\$29.380.829,00 e a devolução do valor de R\$2.810.000,00, excedente do capital, à sócia Comporte Participações S/A. O montante devido à sócia Comporte Participações S/A, em razão da redução da respectiva participação societária será pago pela administração da Sociedade em moeda corrente nacional, sendo que a sócia Comporte Participações S/A compromete-se, neste ato, a restituir ao patrimônio da Sociedade o valor total recebido, caso haja a oposição de algum credor, nos termos do artigo 1.084 e parágrafos 1º e 2º do Código Civil. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Reunião, sendo lavrada a presente Ata. São Bernardo do Campo (SP), 18/03/2021. Assinaturas: **Mesa: Paulo Sergio Coelho** – Presidente; **José Efraim Neves da Silva** – Secretário.

O poder de adaptação que fez a diferença na pandemia



O ano de 2020 foi um dos mais desafiadores da história. A pandemia do coronavírus e as incertezas econômicas levaram empresas de diversos setores a reorganizar as suas estratégias, ajustando-se às novas e imprevisíveis situações.

Algumas companhias foram ágeis – e saíram fortalecidas da crise. É o caso da Livelo, programa de recompensas com um catálogo formado por mais de 800 mil opções de produtos e serviços.

“Adaptamos o nosso portfólio para o momento de pandemia”, diz Daniel Pagano, Chief Marketing & Operations Officer da Livelo. “No momento em que o setor de viagens praticamente zerou,

estávamos preparados para fazer que com que outros itens ganhassem espaço.”

A Livelo lançou uma série de estratégias que se revelaram bem-sucedidas, como a criação de coleções temáticas, promoções de diversos tipos e um calendário de ofertas que se intensificou durante o ano inteiro. Além disso, adaptou a comunicação ao contexto, adotando um tom mais empático e humanizado.

Com isso, a empresa tornou-se um canal indispensável para os parceiros, que conseguiram vender mais apesar das dificuldades, e para os participantes, que desfrutaram de novos benefícios.

Na área digital, a Livelo construiu sólidos acordos em 2020. “Aumentamos em

70% o número de parceiros”, diz o executivo. O varejo físico também esteve na mira. “Atualmente, os participantes de nosso programa podem resgatar bens e serviços em mais de 1,5 milhão de estabelecimentos e em serviços de delivery”, diz Pagano.

Em primeiro lugar, adaptamos o nosso portfólio para o momento de pandemia. Já havia uma tendência de itens associados a viagem e entretenimento crescerem menos do que os produtos de catálogo (não viagens). No momento em que o setor de viagens praticamente zerou, estávamos preparados para fazer que com que outros itens de nosso portfólio ganhassem mais espaço.

Neofeed

Fim de fraldas perdidas? Magalu faz site para receber Chá de Bebê em 1 ano



A varejista Magazine Luiza acaba de lançar a Chá de Bebê, uma ferramenta gratuita que pretende facilitar a vida de gestantes, pais e familiares ao organizar uma lista de presentes para bebês, sem sair de casa, e com mais de 7 milhões de itens do segmento disponíveis no Magalu.

Na plataforma todos os presentes recebidos viram créditos em um cartão e os responsáveis podem resgatar os produtos que desejarem dentro do site, lojas e superapp do Magalu. Este crédito fica disponível por um ano e pode contemplar as variadas necessidades do bebê e da família – dando prazo para as compras e evitando que os itens fiquem estocados em casa.

O PC ainda é o ganha-pão. Mas Positivo acelera outros negócios

Em 2017, a Positivo substituiu o “sobrenome” Informática, que acompanhava a empresa desde a sua fundação, em 1989, pela palavra Tecnologia. Longe de ser um mero detalhe, a mudança simbolizava o plano da fabricante de ir além dos computadores, diante da desaceleração nas vendas da categoria.

Quatro anos depois, a companhia brasileira começa a colher resultados mais consistentes dessa busca por diversificação. E entende que o cenário é favorável para dar mais velocidade às estratégias desenhadas para o que batizou como novas avenidas de crescimento.

“O ano passado foi a sedimentação do trabalho que fizemos nesses últimos anos”, diz Hélio Rotenberg, em en-

trevista ao NeoFeed. “Hoje, esses novos negócios já representam 19% da nossa receita bruta e a tendência é que eles ganhem cada vez mais representatividade.”

Primeira área lançada sob esse posicionamento, a oferta de máquinas de pagamento é um exemplo de como a Positivo está expandindo seus limites. A oferta, que também inclui serviços de manutenção, estava atrelada, até então, a um contrato de exclusividade com a Cielo.

Agora, com o fim desse compromisso, a Positivo terá pista livre para buscar outros clientes para esse portfólio, além de incluir mais serviços nesse pacote. Entre eles, soluções ligadas a sistemas de frente de caixa, conectividade e gestão completa dos equipamentos.

Neofeed



Neofeed

“O site facilita a vida dos pais e familiares ao não precisar estocar produtos em casa, trocar itens semelhantes ou mesmo acumular créditos para comprar algo de maior valor. Além disso, percebemos a possibilidade de acelerar o mercado de compras online de itens para os bebês, ainda mais relevante em meio a pandemia da covid-19”, diz Pedro Aranha, coordenador de novos negócios do Magalu.

O Chá de Bebê Virtual foi inspirado no site Quero Casamento, que desde 2013 já atendeu mais de 150 mil casais. “Escolhemos utilizar o mesmo modelo de uma plataforma já validada pelo público, o Quero de Casamento, para entrar em um ramo praticamente inexplorado e com enor-

me potencial”, diz Aranha.

Em 2020, com a pandemia, e a necessidade do isolamento social, o e-commerce brasileiro cresceu mais de 73%, de acordo com índice MCC-ENET, desenvolvido pelo Comitê de Métricas da Câmara Brasileira da Economia Digital em parceria com o Neotrust | Movimento Compre & Confie. Somente no ano passado, este setor materno-infantil movimentou mais de 2 bilhões de reais no mercado online.

O Magazine Luiza desenvolveu o Chá de Bebê em cinco meses, totalmente dentro de casa, e se inicia com cinco tipos de listas diferentes com sugestões de presentes para cada objetivo, e já prontas para divulgar.

Exame